



PARECER

Em conformidade com o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal, com o Art. 6.º da Lei n.º 8.443, de 16/7/1992, (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), com o Anexo I da Decisão Normativa TCU n.º 100, de 7/10/2009, e nos termos da Instrução Normativa TCU n.º 57, de 27/8/2008, a Administração deste Regional emitiu seu Relatório da Gestão, entregue a 30/3/2010.

O presente parecer é emitido atendendo às determinações constantes do inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VII, art. 13 da IN/TCU/N.º 57/2008, bem como à vista dos elementos constantes dos Relatórios de Gestão e de Auditoria de Gestão apresentados, bem como da conclusão do Certificado de Auditoria.

Não foram constatadas falhas ou irregularidades que causassem dano ou prejuízo ao erário público.

Dentre as falhas ou irregularidades sem dano ou prejuízo encontradas, aquelas não sanadas ou cujas justificativas, se havidas, não foram acatadas, foram alvo de registro no Quadro O do Relatório de Auditoria. O conjunto de tais achados não detém relevância e materialidade suficientes a macular a gestão do Tribunal auditado.

No Quadro P, de outra parte, registraram-se eventos relacionados a dois processos, com ocorrências passíveis de ensejar danos ao erário, cujas medidas de saneamento estão em andamento. Esses processos são alvo de constante monitoramento por parte da ACI. Caso as providências administrativas não se prestem ao objetivo, serão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO
Parecer da Assessoria de Controle Interno, Tomada de Contas, Exercício 2009

novamente informados por ocasião da auditoria da gestão de 2010, desta feita após coleta das evidências suficientes à caracterização da responsabilidade pelos prejuízos resultantes.

As justificativas apresentadas pela Administração, foram objeto de avaliação na Seção 12 do Relatório de Auditoria de Gestão.

Da auditoria realizada, conclui-se que as contas apresentadas registram fielmente a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, operacional e contábil do Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região efetivamente ocorrida no exercício de 2009, cujos atos estão em consonância satisfatória com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos e os previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

Por consequência, e fundamentando-me no Relatório de Auditoria de Gestão, ratifico a conclusão do Certificado de Auditoria pela **regularidade** das contas dos gestores no período de 1º/1/2009 a 31/12/2009.

Os presentes autos de processo de contas deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos do art. 4.º da Instrução Normativa TCU n.º 57/2008 c/c art. 2º da Decisão Normativa TCU n.º 102/2009, após pronunciamento do Desembargador-Presidente deste Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região.

Fortaleza (CE), 21 de julho de 2009.

Ana Paula Borges de Araújo Zaupa
Assessora de Controle Interno